



Avaliação do Índice de Gestão Social no território do Cariri Oriental Paraibano

Evaluation of the Social Management Index in the territory of Cariri Oriental Paraibano

João Vitor Fonseca Feitoza¹, Raiza Madje Tavares da Silva², Rosa Maria dos Santos Pessoa³, Mônica Tejo Cavalcanti⁴, Daniel Casimiro da Silveira⁴, Mônica Correia Gonçalves^{4*}

Resumo: O território é mais do que um simples espaço geográfico, resulta de relações sociais desenvolvidas entre os diferentes agentes, mediadas pelo poder e projetadas numa dada porção do espaço geográfico que se torna território e predomina a ideia de relações de poder entre os distintos agentes envolvidos no processo. A implantação de um Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) buscou assessorar e apoiar as ações no território nas suas diferentes atuações, além de realizar assistência técnica, capacitação e extensão universitária. Este trabalho objetiva verificar no território do Cariri Oriental Paraibano questões relacionadas ao Índice de Gestão Social (IGS), através de aplicação de questionário específico de forma quantitativa e, majoritariamente, qualitativa, assim como verificar a atuação do NEDET no seu período de atuação no referido território. Foram aplicados 49 questionários com representantes dos 15 municípios componentes do território do Cariri Oriental Paraibano. Os resultados demonstraram que o Colegiado apresenta um empoderamento nas ações desenvolvidas como território com agentes cada vez mais entendidos do processo podendo auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas específicas e eficazes. Foi observado também que o NEDET melhorou as atividades do Colegiado Territorial sendo avaliado como excelente.

Palavras-chave: Colegiado; IGS; NEDET.

Abstract: Territory is more than a simple geographical space, resulting from social relations developed between the different agents, mediated by power and projected in a given portion of the geographical space that becomes territory and the idea of power relations between the different agents involved in the process. The implementation of an Extension Nucleus in Territorial Development (NEDET) sought to advise and support the actions in the territory in its different activities, in addition to providing technical assistance, training and university extension. The objective of this study is to verify in the territory of Cariri Oriental Paraibano questions related to the Social Management Index (IGS), through the application of a specific questionnaire in a quantitative and, mainly, qualitative way, as well as verify the performance of NEDET in its period of performance in said territory. A total of 49 questionnaires were applied with representatives of the 15 municipalities in the territory of Cariri Oriental Paraibano. The results showed that the Collegiate presents an empowerment in the actions developed as territory with increasingly understood agents of the process and can help in the development of specific and effective public policies. It was also observed that the NEDET improved the activities of the Territorial Collegiate being evaluated as excellent.

Keywords: Collegiate; IGS; NEDET.

*Autor para correspondência

Recebido para publicação em 16/10/2016; aprovado em 28/12/2016

¹ Discente em Engenharia de Alimentos, Universidade Federal de Campina Grande, UFCG, Pombal – PB, joaovitorlg95@hotmail.com

² Assessora Territorial de Gestão Social, raizamadje@gmail.com

³ Assessora Territorial de Inclusão Produtiva, rosapessoapb@hotmail.com

⁴ Docente da Universidade Federal de Campina Grande, UFCG, Pombal - PB, danielcasimirodasilveira@yahoo.com.br; monica.goncalves@ccta.ufcg.edu.br; monicatejoc@yahoo.com.br



INTRODUÇÃO

Conceitualmente, território refere-se a uma categoria geográfica constituída historicamente, mas frequentemente, encontram-se inconsistências acerca do significado do conceito onde, nas falas e nos textos, predomina a ideia de relações de poder entre os distintos agentes, que se acredita ser a premissa subjacente ao referido conceito. Já quando se tem uma estratégia de ação dos agentes frente a seus interesses num dado território, ou seja, passa pela órbita da ação política nos referiu a territorialidade. A territorialidade humana e seu substrato material, com todas as características naturais e as socialmente criadas são termos que encerram uma única assertiva: resultam de relações sociais desenvolvidas entre os diferentes agentes, mediadas pelo poder e projetadas numa dada porção do espaço geográfico que se torna território (BRITO, 2008).

A apreensão e a compreensão do território, em que abrange toda a sua riqueza e complexidade, sinalizam uma etapa primordial para a caracterização descritiva e analítica das populações humanas. Compreender o território é, em princípio, assumir a atitude de percorrer diversas e distintas percepções elaboradas acerca dele ao longo dos anos. Autores, filiados às mais diferentes tradições intelectuais e correntes de pensamento, intentaram realizar esse percurso, e, ao seu modo e no seu tempo, cada qual contribuiu para a compreensão do mesmo (SANTOS; RIGOTTO, 2010).

A partir destes entendimentos, tem-se a 'lógica do território' que é uma ideia central, norteadora das ações a serem engendradas pelos serviços, de forma intrinsecamente associada ao tempo e ao lugar em que as ações são elaboradas e realizadas (DELFINI et al., 2009).

A concepção de "desenvolvimento territorial" tem se tornado um dos métodos de se considerar as formas de atuação do Estado e de atores locais na promoção de políticas de desenvolvimento e de combate à pobreza no Brasil (COORÊA, 2009). Em torno desta discussão, faz-se necessário ressaltar que a concepção de desenvolvimento acaba por ter um viés essencialmente economicista, que vem mudando o seu conceito, passando a ser usado como uma ideia de progresso, de expansão, de crescimento econômico com certo grau de autonomia (ALMEIDA FILHO, 2006; CORRÊA, 2009).

A Gestão Social dentro do território tem como objeto de estudo a gestão de problemáticas sociais e ambientais que necessitam de uma visão intersetorial e interorganizacional, considerando seu espaço de articulação em um contexto de constante fortalecimento democrático, onde múltiplos atores compartilham interesses, visões e ações dentro de um território (MENDONÇA et al., 2012).

Desta forma, no início da década passada foi criado o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), que instituiu um novo formato de política ao optar pela construção de uma nova institucionalidade, o território, com base sólida na representação dos interesses sociais e econômicos da agricultura familiar e que previa a coordenação e a articulação de um grupo de municípios em torno de uma estratégia comum (LEITE; WESZ JÚNIOR, 2012; LEITE et al., 2007; TORRENS, 2007).

A emergência de uma instância de atuação das ações de desenvolvimento rural constituiu-se de imediato num avanço institucional, secundarizando o papel das prefeituras na

implementação das políticas dessa natureza ampliando a participação de representantes da sociedade civil nos Colegiados de Desenvolvimento Territorial (Codeter) (LEITE; WESZ JÚNIOR, 2012). O estudo do Desenvolvimento dos Territórios é dinâmico e pode ser demonstrado na necessidade de analisar as particularidades dos territórios constituídos por instituições oficiais para fins de execução de políticas públicas.

Os Codeter (responsável pela gestão social do território) surgiram articuladas com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (MDA/SDT); o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (CNPq/MCTI) e a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais (DPMR/MDA). Essa articulação resultou na implantação de um Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET/MDA), que visa assessorar e apoiar financeiramente as ações no território, além de realizar assistência técnica, capacitação e extensão universitária (SABOURIN, 2015).

Em novembro de 2014 foi implantado um NEDET no território do Cariri Oriental da Paraíba, localizado na porção centro-sul do Estado da Paraíba, onde atuou por 29 meses (2014-2017). O território do Cariri Oriental encontra-se entre as coordenadas 7° e 8° 30' de latitude sul e 36° e 37° 30' de longitude oeste e com altitude para níveis de 400 a 600 metros. Está inserido na Mesorregião da Borborema e apresenta, segundo a classificação de Koopen, tipo climático Bsh - semiárido quente, correspondendo à área mais seca do Estado, com precipitações médias anuais muito baixas (média de 500 mm) e uma estação seca que pode atingir onze meses. As médias de temperatura são superiores a 24° C e umidade relativa do ar inferior a 75%. Abrange 14 municípios: Alcantil, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Boa Vista, Boqueirão, Cabaceiras, Caraúbas, Caturité, Gurjão, Riacho de Santo Antônio, Santo André, São Domingo do Cariri, São João do Cariri e Soledade (PTDRS, 2010). A partir da atuação do NEDET neste território, o município de Santa Cecília solicitou frente a delegacia estadual a sua inclusão neste território, passando este a apresentar 15 municípios na sua composição.

Para identificar a situação das articulações entre a sociedade civil e o poder público e avaliar o funcionamento dos Colegiados Territoriais foi desenvolvido o Índice de Gestão Social (IGS), repassado por instâncias superiores, que permite através de um questionário específico, aferir a situação das articulações e recursos que possibilitam a gestão social dos territórios.

Portanto, este trabalho objetiva verificar a atuação do NEDET no território do Cariri Oriental Paraibano, através da análise dos questionários do IGS, de forma quantitativa e, majoritariamente, qualitativa.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada com representantes do Codeter, nos meses de julho e setembro de 2016, no território do Cariri Oriental Paraibano em parceria com o Fórum de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Cariri Oriental Paraibano (FDTSCOP).

Foram aplicados no total 49 questionários com representantes dos 15 municípios do Cariri Oriental

Paraibano. Os municípios com maior quantidade de representantes foram Boqueirão, Caturité e Soledade e, de menor representatividade, Alcantil, Barra de São Miguel, Boa Vista, Cabaceiras, Santo André e São José do Cariri.

O questionário e os passos metodológicos para a aplicação estão disponíveis no Portal dos NEDETS (<http://portaldosnedets.info/site/igs-idade-de-gestao-social/>). Os passos metodológicos se deram da seguinte forma: o colegiado foi dividido em dois grupos, um de 35 e outro de 14 pessoas, em local equipado com carteiras, datashow e notebook. A aplicação foi dividida em dois blocos, o primeiro para uma breve síntese dos objetivos da pesquisa, metodologia de coleta de dados, resultados esperados e cronograma de aplicação e o segundo bloco para aplicação do questionário em si. Cada entrevistado recebeu uma caneta e um questionário composto por 55 itens distintos, divididas em 4 dimensões: identificação dos entrevistados, mobilização e decisão, funcionamento do Colegiado como instância de governança e resultados da Gestão Social.

Os dados obtidos foram tabulados no Software Microsoft Excel e analisados de forma genérica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Identificação dos entrevistados

Com relação ao gênero, 69,39% dos entrevistados do sexo masculino e 30,61% do sexo feminino com idades variando de 19 a 71 anos e diferentes graus de instrução (Tabela 1). Do total de entrevistados, apenas 2,04% declararam não ter grau de instrução. Uma parcela representativa dos entrevistados, 14,29 e 16,33%, declararam ter o ensino superior incompleto e completo, respectivamente e 38,77% declararam ter concluído o 3º ano do ensino médio revelando um bom grau de instrução dos entrevistados.

Tabela 1. Grau de instrução de representantes do Codeter no território do Cariri Oriental Paraibano

Grau de instrução	Número de pessoas	%
Sem instrução	1	2,04
Até a 7ª série	5	10,20
8ª série concluída	1	2,04
Até o 2º ano	4	8,16
3º ano concluído	19	38,77
Ensino superior incompleto	7	14,29
Ensino superior completo	8	16,33
Especialização	4	8,16
Mestrado	0	0
Doutorado	0	0

Quanto ao tipo de entidade ou instituição que representam o Colegiado Territorial, 70% indicaram que faziam parte da sociedade civil e 30% do poder público, sendo 63,26% destes membros titulares do Colegiado e 22,45% suplentes com 14,28% considerados participantes ocasionais.

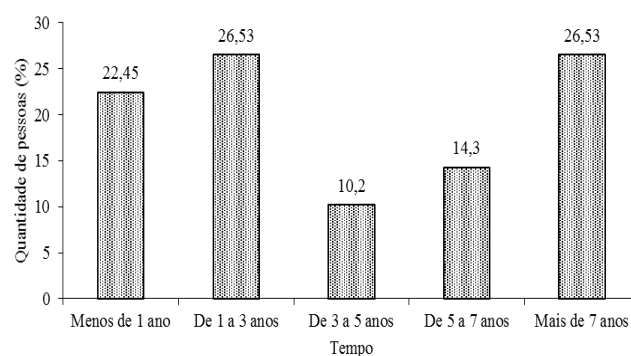
A partir da avaliação direta com os entrevistados do território, percebeu-se pouco entendimento sobre sua real importância como membro do Colegiado Territorial e, dos que participam ativamente do processo, foi observado que grande parte participava de outra instância no colegiado, além do Colegiado Territorial, como algumas câmaras temáticas. Algumas pessoas acumulavam funções em mais de duas instâncias o que aqui consideramos como um ponto negativo,

uma vez que não se há um entendimento de sua real participação do processo e eles se dizem “perdidos” em alguns momentos das discussões. As instâncias com maior quantidade de membros foram, em ordem decrescente: Desenvolvimento Rural ou Agrário, Meio Ambiente, Saúde, Mulheres, Educação, Segurança Alimentar, Crianças e Adolescentes, Conselho Tutelar e Jovens. Alguns marcaram a alternativa ‘outra’ e complementaram escrevendo que participavam do Conselho do Orçamento Democrático Estadual, do Conselho de Desenvolvimento Rural e Associação.

Em relação a participação em algum Movimento Social ou Coletivo (MSC), grande parte disse participar de movimentos, o que mostra uma efetiva participação dos agentes e percebe-se liderança entre os grupos envolvidos. Quanto a segmentação de atuação grande parte dos entrevistados disseram participar de Movimentos Sociais do Campo, Movimentos ou Coletivos de Mulheres, Movimentos Religiosos, Movimentos ou Coletivos de Jovens e Movimentos ou Coletivos de Povos e Comunidades Tradicionais, respectivamente. Nenhum entrevistado disse participar de outra segmentação. É notória a participação da grande maioria dos entrevistados em atividades relacionadas ao campo, ao meio rural, evidenciando a vivência constante com atividades possivelmente agropecuárias.

Um fato interessante observado foi com relação ao tempo de atuação dos entrevistados no Colegiado Territorial (Figura 1), onde 26,53% dos entrevistados atuam no Colegiado Territorial de 1 a 3 anos e a mesma porcentagem há mais de 7 anos e 22,45% participavam há menos de 1 ano. 14,30% entre 5 e 7 anos e 10,20% entre 3 a 5 anos. Esses dados apontam um quase equilíbrio de quantidade de membros que atuam no Colegiado Territorial nos extremos de tempo analisado pelo questionário.

Figura 1. Tempo de atuação dos entrevistados no Colegiado Territorial.



Em relação as instâncias do Colegiado que os entrevistados participavam, podemos verificar que a maioria dos entrevistados participavam em mais de uma instância, onde 37 entrevistados participavam da Plenária, 14 entrevistados participavam das Câmaras ou Comitês Temáticos/Setoriais, 11 entrevistados participavam do Núcleo Técnico (ou Câmara Técnica) e 6 entrevistados participava do Núcleo Diretivo/Dirigente ou Similar.

Mobilização e decisão

Numa escala de 0 a 10 (0 – Ruim e 10 – Excelente), grande parte dos entrevistados atribuíram notas maiores que 5

para questões relacionadas ao processo de mobilização dos membros do Colegiado para participar de reuniões e a participação destes nas Plenárias Territoriais. Poucos disseram não saber sobre o que se tratava.

Quando questionados sobre a tomada de decisão nas reuniões do Colegiado Territorial, 77,55% dos entrevistados disseram que ocorre na maioria das vezes por votação, 20,41% que ocorre por consenso e apenas 2,04% não souberam responder. De forma similar, uma parcela representativa dos entrevistados relataram, que existem grupos ou pessoas que consideram importantes para o desenvolvimento do território, mas que não são membros do Colegiado e que esses grupos ou pessoas são, principalmente, de Movimentos do Campo, Órgãos de Pesquisa, Extensão e Assistência Técnica, Universidade e outras Instituições de Ensino, Assentados(as) e/ou acampados(as) da Reforma Agrária, Movimento de Mulheres e Organizações Não Governamentais (ONGs).

Quanto ao papel desempenhado pela Plenária do Colegiado em relação aos projetos financiados pelo apoio do PROINF (Projetos de Infraestrutura e Serviços), a maioria disse que participa da identificação da demanda, da seleção do projeto, na elaboração, na aprovação, no acompanhamento da execução, na gestão ou funcionamento, monitoramento e avaliação. Cabe relatar que foi observado um maior interesse por parte dos participantes das plenárias territoriais quando se discute itens relacionados a PROINF, mostrando o grande interesse nos recursos gerados através deste programa no território.

Funcionamento do Colegiado como instância de governança

Entre os temas que mais foram tratados ou debatidos no Colegiado Territorial estão Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Infraestrutura, Comercialização e Mercados, Juventude, Cooperativismo e/ou Associativismo e Segurança Alimentar.

Quanto a escolha dos representantes no Colegiado Territorial, a maioria dos entrevistados disse que houve um debate coletivo na entidade ou instituição entre os membros e que a participação dessas entidades ou instituições na Plenária do Colegiado Territorial e que ocorreu, principalmente, pelo convite direto a partir de deliberação da Plenária e/ou pela solicitação voluntária da própria entidade ou instituição. Grande parte dos entrevistados atribuíram nota 7 com relação às expectativas quanto a avaliação do funcionamento do Colegiado no Território, sendo considerado muito bom.

Quando questionados quanto a formação de grupos marginalizados dentro do Colegiado territorial, 61,22% disseram que não há grupos marginalizados no Colegiado e 10,20% disseram que há, apontando como grupos principais Juventude e Mulheres. 28,57% dos entrevistados disseram não saber responder.

Em média, os entrevistados atribuíram notas superiores a 5 quando avaliaram a capacidade de gestão do Colegiado e suas instâncias para atividades como, por exemplo, planejamento das ações comuns para o desenvolvimento do Território; definição de responsabilidades; regras coletivas de funcionamento e cumprimento dessas regras; animação das reuniões e atividades do Colegiado; tomada de decisões transparentes e democráticas; resolução de problemas; lidar/resolver conflitos; acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas e definição de regras de repasse de

informações. Apenas uma minoria não soube responder ou disse que as atividades supracitadas não se aplicavam.

Quanto a questões relacionadas a quem frequentemente define a agenda política, o planejamento anual e a pauta das atividades do Colegiado, as alternativas mais marcadas foram: Assessoria Territorial, Plenária e Núcleo Diretivo, respectivamente.

Os entrevistados também foram questionados sobre se a implantação do NEDET melhorou as atividades do Colegiado Territorial e, mais de 80% das pessoas, disseram que sim, atribuindo notas entre 8 e 10, avaliando a atividade do NEDET como excelente. Poucas pessoas (4,08%) disseram não saber responder, sendo, provavelmente, as pessoas que responderam os questionários de forma ocasional. Esse resultado apresenta-se como um dos mais importantes para esta pesquisa, pois demonstra que o financiamento das atividades do NEDET no Cariri Oriental Paraibano trouxe significativos resultados para o território e que realmente o Núcleo apoiou o desenvolvimento do território no seu período de atuação. Foi notório o crescimento de entidades participantes do processo e o interesse por outros assuntos relacionado ao empreendedorismo rural e desenvolvimento de processos agroalimentares no território.

Quanto a avaliação do repasse de informações entre os integrantes do Colegiado Territorial e as entidades/instituições que eles representam, as notas mais frequentes atribuídas eram 8 e 9, próximas de excelente. Dessa forma, foi demonstrado uma boa interação de trabalho entre as entidades/instituições e seus respectivos representantes no Colegiado.

Sobre a avaliação dos entrevistados em relação ao nível de conhecimento do Colegiado Territorial sobre questões relacionadas desde a Política de Desenvolvimento Territorial a Políticas Públicas em Geral, foram atribuídas notas acima de 5 para todas as alternativas. Quando questionados sobre o próprio nível de informação e conhecimento sobre políticas públicas, as notas atribuídas as alternativas demonstraram que grande maioria tinha mais entendimento em determinadas áreas e outras não, principalmente, assuntos relacionados a Educação do Campo e Terra Legal, respectivamente.

Notas entre 5 e 9 foram atribuídas quando perguntados sobre a troca de informações entre as instâncias do Colegiado. Esta questão se relaciona com a falta de gestão integrada nos colegiados, onde não se tem um diálogo frequente entre os membros, tornando as informações menos claras e explícitas.

Com a possibilidade de indicarem todas as alternativas que se aplicavam, a Tabela 2 apresenta as ações realizadas pelo Colegiado para elaboração e aprovação dos projetos de desenvolvimento territorial.

Tabela 2. Ações realizadas pelo Colegiado para elaboração e aprovação dos projetos de desenvolvimento territorial.

Ações realizadas	Número de indicações
Análise de viabilidade técnica	20
Avaliação de mérito	14
Coerência com o PTDRS	12
Priorização e seleção com base em critérios	21
Participação de especialistas nas áreas do projeto	11
Não sei	15
Não se aplica	0

O maior número de indicações foram para as ações quanto a Priorização e seleção com base em critérios (21); Análise de viabilidade técnica (20); Avaliação de mérito (14); Coerência com o PTDRS (12) e Participação de especialistas nas áreas do projeto (11). 15 pessoas disseram não saber responder. Pouco mais de 50% dos entrevistados disseram que não há outras fontes de recursos para assegurar o funcionamento do Colegiado que não sejam da SDT/MDA e 44,90% não souberam responder. Situações como a alta rotatividade dos membros, pouca participação dos gestores públicos e problemas com assessoria territorial foram apontados como prejudiciais ao desempenho do Colegiado.

Resultados da gestão social

Quando questionados sobre se a sociedade local considera o Colegiado Territorial como um espaço legítimo (reconhecido e importante) para o desenvolvimento territorial e se o Colegiado possibilitou uma repartição mais equilibrada do poder político no Território, a maioria respondeu que sim. Com 87,75% dos entrevistados responderam que sua própria participação no Colegiado ofereceu algum benefício para a entidade ou instituição em que atua, sendo 4,08 e 8,16% dos entrevistados afirmaram “não” e “não sei”, respectivamente, para o benefício de sua participação.

Quanto se ao processo desenvolvido pelo Colegiado possibilitou uma renovação das lideranças no território, 53,06% disseram que sim; 28,57 e 18,36% disseram “não” e “não sei”, respectivamente. Sobre se as ações do Colegiado tendem a privilegiar apenas um grupo específico do território, 61,22% disseram que não e que existe uma repartição equilibrada das ações. 20,41% disseram que sim e 18,36% disseram não saber.

Em torno de 60% dos entrevistados disseram que, a partir do trabalho do Colegiado, as políticas municipais e/ou estaduais mudaram ou foram adaptados às realidades dos territórios. E quando também questionados se a participação no Colegiado fortaleceu o sentimento de pertencimento ao território e se contribuiu para mudar a maneira de pensar e agir, mais de 80% afirmaram que sim, sendo uma observação bem positiva do processo.

CONCLUSÕES

Com a atuação do NEDET no território do Cariri Paraibano, através da análise dos questionários do IGS, o Colegiado apresenta um empoderamento nas ações desenvolvidas como território com agentes cada vez mais entendidos do processo podendo auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas específicas e eficazes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, N. Desenvolvimento territorial como expressão da perspectiva nacional do desenvolvimento: limites e potencial. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, v. 19, p. 94-116, 2006.

BRITO, C. A PETROBRÁS e a gestão do território no Recôncavo Baiano [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. 236

p. ISBN 978-85-232-0542-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org/>>.

CORRÊA, V. P. Desenvolvimento territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva. Boletim Regional, Urbano e Ambiental, n. 3, dez., 2009.

DELFINI, P. S. S.; SATO, M. T.; ANTONELLI, P. P.; GUIMARÃES, P. O. S. Parceria entre CAPS e PSF: o desafio da construção de um novo saber. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 1483-1492, set./out., 2009.

LEITE, S. P.; WESZ JÚNIOR, V. J. Um estudo sobre o financiamento da política de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro. Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba, v. 50, n. 4, p. 645-666, oct./dec., 2012.

LEITE, S.; DELGADO, N.; BONNAL, P.; KATO, K. Desenvolvimento territorial: articulação de políticas e atores sociais. OPPA/CPDA/UFRRJ-IICA/Fórum DRS. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. (Relatório de Pesquisa) 2007.

MENDONÇA, P. M. E.; DIAS-GONÇALVES, S. L. F.; JUNQUEIRA, L. A. P. Gestão Social: notícias sobre o campo de estudos e práticas a partir das interações e debates do VI Enapegs. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1391-1408, set./out., 2012.

PTDRS. PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 2010. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio027.pdf>. Acessado em: 13 de abr. 2017.

SABOURIN, E. Evolução da política federal de desenvolvimento territorial no Brasil. Novos Cadernos Naea, Belém, v. 18, n. 1, p. 123-143, jan./jul., 2015.

SANTOS, A. L.; RIGOTTO, R. M. Território e territorialização: incorporando as relações produção, trabalho, ambiente e saúde na atenção básica à saúde. Revista Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 8 n. 3, p. 387-406, nov., 2010.

TORRENS, J. C. S. Território e desenvolvimento: a experiência de articulação territorial do Sudoeste do Paraná. Deser: Curitiba, 2007. (Projeto de Cooperação Técnica MDA/FAO).